

O MINISTÉRIO DO TRABALHO NO GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART: LUTAS SINDICAIS E POLÍTICAS**EL MINISTERIO DE TRABAJO EN EL GOBIERNO PRESIDENCIAL DE JOÃO GOULART: LUCHAS SINDICALES Y POLÍTICAS**

DOI 10.5281/zenodo.15118166

Natália Cristina Granato¹

Resumo: O governo de João Goulart caracterizou-se pela defesa de reformas sociais em amplos setores da sociedade brasileira desde sua fase parlamentar. A partir de janeiro de 1963, durante o período presidencial, esse processo intensificou-se e registrou um fortalecimento até o final do seu governo, derrubado por forças político-militares que se opunham a tais reformas. O seu governo foi caracterizado pelo acirramento das lutas políticas e sindicais e um dos principais espaços destes embates era o Ministério do Trabalho. O presente artigo tem como objetivo analisar as gestões dos ministros Almino Affonso e Amaury de Oliveira e Silva, ambos pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chefiados pelo presidente João Goulart e herdeiros do legado político de Getúlio Vargas. Nos aprofundaremos na gestão de Amaury de Oliveira e Silva, devido ao fato de sua gestão ter sido atravessada pelas conspirações que derrubaram o presidente. Isso será feito através de pesquisas nas edições de 1963 dos periódicos “Última Hora” e “Jornal do Brasil”, bem como na literatura especializada sobre o sindicalismo, que expressa o acirramento da luta de classes momentos antes da deflagração do Golpe de 1964.

Palavras-chave: Ministério do Trabalho. Sindicalismo. Governo João Goulart.

Resumen: El gobierno de João Goulart se caracterizó por la defensa de reformas sociales en amplios sectores de la sociedad brasileña desde su fase parlamentaria. A partir de enero de 1963, durante el período presidencial, este proceso se intensificó y fortaleció hasta el final de su gobierno, el cual fue derrocado por fuerzas político-militares que se oponían a tales reformas. Su gobierno se caracterizó por la intensificación de las luchas políticas y sindicales y uno de los principales ámbitos de estos enfrentamientos fue el Ministerio de Trabajo. Este artículo tiene como objetivo analizar los gobiernos de los ministros Almino Affonso y Amaury de Oliveira e Silva, ambos pertenecientes al Partido Laborista Brasileño (PTB), encabezado por el presidente João Goulart y herederos del legado político del presidente Getúlio Vargas. Profundizaremos en la gestión de Amaury de Oliveira e Silva, debido a que su gestión estuvo permeada por las conspiraciones que derrocaron al presidente. Esto se hará a través de investigaciones en las ediciones de 1963 de los periódicos “Última Hora” y “Jornal do Brasil”, así como en literatura especializada sobre sindicalismo, que expresa la intensificación de la lucha de clases momentos antes del estallido del Golpe de Estado de 1964.

Palabras clave: Ministerio de Trabajo. Sindicalismo. Gobierno de João Goulart.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora Colaboradora do Departamento de Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: ncgranato@uepg.br

Introdução

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil estava imerso em um intenso fervor político. Movimentos populares ganhavam força tanto nas áreas urbanas quanto rurais. A organização sindical urbana remonta ao início do século XX, mas foi estruturada de maneira mais robusta após a Revolução de 1930, evento que marcou uma mudança na dinâmica entre o Estado e os sindicatos urbanos. Se na República Velha (1889-1930) a questão social era tratada como um mero "assunto de polícia", conforme palavras do presidente Washington Luís (1926-1930), a partir de 1930 passou a ser seriamente considerada como uma política estatal, culminando na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Getúlio Vargas promulgou leis trabalhistas reconhecendo a legitimidade desses atores nas lutas sociais e políticas. Entretanto, essa legislação apenas contemplava os direitos dos trabalhadores urbanos, deixando de fora a maioria da população brasileira rural. Somente no governo de João Goulart, herdeiro político de Vargas, é que a sindicalização rural e a extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo foram efetivamente contempladas, como resultado das lutas camponesas que ganharam destaque ao longo da década de 1950, especialmente com o surgimento das Ligas Camponesas.

O governo Goulart foi marcado, em linhas gerais, pelo fortalecimento social e político dos movimentos populares, que constituíam a principal base de apoio do presidente, e pela promoção e defesa das reformas estruturais, em resposta à crise econômica que assolava o país. Por outro lado, ocorreu simultaneamente uma "organização e ofensiva política por parte dos setores militares e empresariais" e uma inédita "intensificação da luta ideológica de classes", além da "crise do sistema partidário" (TOLEDO, 2004, p.13).

Essa conjuntura culminou no golpe militar em 1º de abril de 1964, que, segundo Caio Navarro Toledo, pode ser descrito como:

um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira, um movimento *contra* as reformas sociais e políticas, uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. (TOLEDO, 2004, p.15) Grifos no original.

Sua gestão conviveu com a ocorrência de greves operárias em prol de maiores salários, deteriorados com a crescente inflação, somadas às manifestações em prol da concretização das reformas de base. No campo, a sindicalização rural estava em franca expansão, com o apoio do Ministério do Trabalho. Sindicatos dirigidos por comunistas, católicos conservadores e trabalhistas aliavam suas organizações e reivindicações com a luta pela reforma agrária, uma das reformas de base centrais para o governo Goulart². Esta reforma, segundo acreditavam os trabalhistas, promoveria a diminuição da inflação devido ao maior abastecimento do mercado interno causado pela melhor distribuição de terras³. Tal projeto de reforma agrária desagradava ao PSD⁴, aliado histórico do PTB.

² Para uma considerável parcela da esquerda nacionalista, a estagnação do capitalismo no Brasil era atribuída à estrutura de propriedade rural arcaica, fundamentada no latifúndio, que obstaculizava a expansão do mercado interno e o progresso da industrialização, além de contribuir para a inflação devido à oferta insuficiente de alimentos. Os trabalhistas advogavam pelo lema "Terra para quem trabalha", dirigido àqueles que se sustentavam do próprio trabalho e forneciam alimentos para o país, contrastando com os latifundiários inativos que, na perspectiva trabalhista, eram responsáveis pelo atraso brasileiro. O plano de reforma agrária dos trabalhistas visava solucionar esses dilemas de forma não-revolucionária, visando a "criação de proprietários e propriedades", conforme afirmou o ex-ministro do Trabalho e ex-presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto (1977, p.91), em entrevista ao CPDOC.

³ A reforma agrária foi um tema central no governo João Goulart, do início ao fim, com a assinatura do decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, feito pela SUPRA, que desapropriava terras em torno das rodovias e ferrovias federais por interesse social, o primeiro passo para a realização de uma reforma agrária efetiva. A reforma agrária pregada por João Goulart foi um dos principais motivos para a sua derrubada por forças contrárias às reformas em 1º de abril de 1964.

⁴ O PSD, diferentemente do PTB, não compartilhava as bases de apoio sindical, bem como as suas bandeiras. A legenda tinha como principal base política as classes latifundiárias e agrárias. Era um partido de centro que se originou das forças getulistas que, ao contrário do PTB, não se encaminhava para um movimento cada vez mais enfático em defesa das reformas. Durante o governo Goulart teve grande parte de seus quadros se afastando do apoio às propostas de Goulart (excetuando-se a ala nacionalista do PSD). Em resumo, a promoção da reforma agrária era incompatível com as bases mais importantes de apoio ao PSD, a dos grandes proprietários rurais.

Somando-se à reforma agrária, Goulart defendia a necessidade da realização das reformas urbana, bancária, universitária, fiscal, regulamentação estatal sobre o capital estrangeiro, entre outras medidas.

Enquanto os movimentos populares ganhavam força e clamavam por reformas estruturais, conforme o defendido por João Goulart, também surgiam opositores. O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) se organizaram a partir de 1961 para combater as reformas propostas e o governo de Goulart. Os governadores de importantes estados do país, como São Paulo e Guanabara, representados por Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, respectivamente, opunham-se veementemente às políticas de Goulart. Eles reprimiam greves em seus estados, muitas vezes recorrendo à violência policial, e propagavam a ideia de que João Goulart estava tramando um golpe que levaria o Brasil ao comunismo.

Enquanto isso, dentro das Forças Armadas, existiam setores com uma longa tradição nacionalista e legalista, porém outros setores estavam se fortalecendo, especialmente os que defendiam a teoria da Segurança Nacional, com destaque para a Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo Thomas Skidmore (1988, p.22), os militares dessa corrente de pensamento acreditavam que o governo de Goulart estava conduzindo o país rumo ao comunismo, o que resultaria na extinção dos valores e instituições tradicionais brasileiras. Leôncio Basbaum (1976, p.121) observa que, se anteriormente o Exército adotava uma postura defensiva contra ameaças externas, com a ascensão da ESG e a influência norte-americana, o conceito de "segurança nacional" passou a incluir ameaças internas, especialmente as oriundas de organizações camponesas e sindicatos.

Como reação a esses inimigos internos, a ESG pregava o “fortalecimento do poder central” e a “militarização de todo o país”. De acordo com Moniz Bandeira:

A hostilidade contra o movimento sindical, sobretudo contra a participação na política, aumentava nas Forças Armadas. Eram os preconceitos fechados de classe que se desnudavam. As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as atividades patronais podiam expressar-se livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição no governo, sem nenhum constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não. Os trabalhadores não tinham o direito de participar da política, pois as classes dirigentes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões do seu estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam os empresários e os fazendeiros. (BANDEIRA, 2010, p.243).

Nesse sentido, reiteramos que havia uma ascensão dos movimentos sociais e da esquerda reformista no país, em contraposição a influentes parcelas das Forças Armadas que formulavam projetos políticos e ideológicos hostis à maneira como os trabalhistas no poder promoviam as reformas, a democracia e a ascensão dos movimentos sociais. Observa-se uma divisão política e ideológica que enxergava de diferentes maneiras a democracia, o reformismo e a ascensão dos movimentos populares. Tal divisão pode ser encontrada nas ações e pensamentos dos agentes e partidos políticos inseridos nessa conjuntura.

No presente artigo, pretendemos analisar as lutas sindicais e políticas a partir do Ministério do Trabalho, durante as gestões dos ministros Almino Affonso e Amaury de Oliveira e Silva. Nos aprofundaremos na gestão de Amaury de Oliveira e Silva, devido ao fato de sua gestão ter sido atravessada pelas conspirações que derrubaram o presidente. Isso será feito através de pesquisas nas edições de 1963 dos periódicos “Última Hora” e “Jornal do Brasil”, bem como na literatura especializada sobre o sindicalismo, que expressa o acirramento da luta de classes momentos antes da deflagração do Golpe de 1964.

O motivo da escolha desses jornais se deu por ambos possuírem posicionamentos ideológicos diferentes e coberturas detalhadas sobre o movimento sindical. Neste artigo, consultou-se a edição da Guanabara do “Última Hora” e do “Jornal do Brasil”, disponíveis na página da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.⁵

O periódico “Última Hora” era o único jornal que apoiava o governo João Goulart. Fundado em 1951 por iniciativa do jornalista Samuel Wainer, possuía o objetivo de defender o governo de Getúlio Vargas e se aproximar dos meios populares. No decorrer dos anos 50, o periódico enfrentou acusações de financiamento ilícito e questionamentos sobre a nacionalidade de Wainer por parte de seus concorrentes. Mesmo sob ataques, o “Última Hora” manteve-se fiel à defesa do legado varguista até o período ditatorial pós-1964 (FIDELIS, 2018).

Por sua vez, o “Jornal do Brasil” pertencia ao grupo de periódicos que apoiaram o golpe de 1964. Fundado em 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas, defendia os valores monárquicos, em contraposição à república recém instaurada. Nos anos posteriores, se aproximou dos temas do cotidiano e manteve suas vendas de maneira satisfatória. Após 1953, conseguiu aumentar a influência e modernizar seus cadernos. Sua linha editorial era definida como católica e liberal-conservadora, integrando-se à conspiração golpista que defendia a intervenção militar⁶.

As próximas seções abordarão as ações de Almino Affonso e Amaury de Oliveira e Silva no Ministério do Trabalho, destacando as lutas sindicais e greves ocorridas no governo João Goulart.

⁵ HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 07.mar.2025.

⁶ Memorial da Democracia. Jornais e revistas 1945-1963. Jornal do Brasil - Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/6> . Acesso em 06.mar.2025.
Jornal do Brasil - Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/6> . Acesso em 06.mar.2025.

O Ministério do Trabalho durante a Gestão de Almino Affonso

Almino Affonso, do PTB de São Paulo, foi o primeiro ministro do Trabalho da gestão presidencialista do governo João Goulart. Foi um dos principais expoentes do Grupo Compacto do PTB. Para entendermos o que esse grupo representou para o PTB e o seu relacionamento com o governo Goulart, é necessário nos remetermos às suas origens e seu fortalecimento a partir do início dos anos 60.

Durante a década de 1950, verificou-se um grande crescimento do PTB, e João Goulart foi o grande responsável por este feito no decorrer dos anos. O partido ganhou nova cara, ampliando o diálogo com os dirigentes comunistas nos sindicatos. Isso ocorreu após o fim das intervenções e o reconhecimento de eleições sindicais, que passaram a ser livres e sem a interferência do Ministério do Trabalho, a partir do governo democrático de Vargas. Tal processo consolidou a corrente em torno do próprio João Goulart dentro do PTB. Essa corrente, denominada por Delgado (2001) de “pragmática reformista”, reunia características da corrente “getulista pragmática” (mantendo elementos do paternalismo getulista no âmbito sindical), e da corrente “doutrinária trabalhista” (defensora do ideário reformista e distributivista).

O PTB era um partido que reunia o reformismo, ao mesmo tempo o clientelismo e o centralismo. Goulart controlava concorrentes e dissidentes do PTB enquanto era presidente da legenda. No âmbito sindical, buscava diálogo com todos os líderes, ao mesmo tempo em que buscava um relativo controle para manter a estabilidade e o não afloramento do movimento grevista.

Essa situação começa a se modificar no final dos anos 50, quando a ala reformista do PTB cresce juntamente com sua ala sindical, formado por políticos mais à esquerda de João Goulart, então vice-presidente de JK, que vinha adotando, para esses grupos, uma linha “conservadora e fisiológica” (DELGADO, 1989, p.205). Esse grupo questionava o comando exercido por João Goulart em relação ao PTB e desejava o aprofundamento da política nacionalista e reformista. João Goulart, até assumir a

presidência da república, tinha um controle considerável sobre o PTB e os sindicatos, situação que mudou quando assumiu o cargo de presidente.

O crescimento do Grupo Compacto do PTB, composto de políticos e sindicalistas com forte tendência nacionalista e reformista se deve por várias razões. A principal delas foi a nova lei da previdência social, de 1960. Segundo Kenneth Paul Erickson, essa lei:

assegurava aos líderes dos sindicatos operários um terço dos postos nos conselhos dirigentes de todas as agências de previdência, dotando-os assim de maior poder para aumentar sua influência política (...) ainda que certos controles tenham permanecido nas mãos do governo, os líderes sindicais estenderam sua autonomia. (ERICKSON, 1979, p.98-99)

Assim, o PTB nos anos 60 se dividia entre “pragmáticos reformistas” (DELGADO, 2001) ou “reformistas moderados” (DELGADO, 1989), grupo composto por San Tiago Dantas, João Goulart, entre outros. A outra ala se referia aos “reformistas radicais” (DELGADO, 1989), composta por líderes como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Almino Affonso⁷.

O início do governo presidencialista de João Goulart buscava estabilização, crescimento econômico e redução da inflação com o Plano Trienal, adotando uma política de desagradar aos setores de esquerda, ao mesmo tempo em que também pleiteava uma maior aproximação com as esquerdas. Um dos gestos que reforçaram este movimento foi a nomeação de Almino Affonso ao Ministério do Trabalho, um autêntico representante do Grupo Compacto. João Goulart, nessa fase, procurava agradar o empresariado e os trabalhadores em prol da constituição das bases progressistas da sociedade brasileira que se beneficiariam das reformas sociais. Buscava um governo de conciliação entre todas as classes sociais. A intenção de João Goulart, ao nomear Almino Affonso, era colocar à frente da pasta do Trabalho um homem que

⁷ Almino Affonso era recém ingresso do PTB, sua militância não teve, portanto, conexão direta com a linha getulista do PTB

tinha confiança da esquerda para conter o movimento trabalhista, enquanto adotava o Plano Trienal para tentar reverter a crise econômica (ERICKSON, 1979, p.119).

Almino Affonso era o líder do PTB na Câmara Federal durante o período parlamentarista e era líder do Grupo Compacto. Segundo Maria Celina D'Araújo (1996, p.15), a gestão de Almino Affonso procurou desarticular sindicatos pelegos e montar uma rede de lideranças alternativa à montada por João Goulart anteriormente, para fortalecer a luta por reformas de base. Almino Affonso, em entrevista concedida à Ângela Maria de Castro Gomes (2007a) afirma que sua gestão foi caracterizada pela assinatura do Estatuto do Trabalhador Rural, a intensificação da sindicalização rural com intermédio da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e moralização dos Institutos de Previdência (IAPs), combatendo o empreguismo, nomeando concursados no lugar de petebistas, porque estes estavam em uma política de “corrupção e subutilização dos recursos”. Nessa mesma entrevista, Affonso assinala que lutou contra a verticalização dos sindicatos prevista pela CLT, que impossibilitava a horizontalidade, e o Plano Trienal, pois “as reformas que nele estavam inseridas através dele jamais se realizariam (...) os trabalhadores entraram em luta aberta contra essa política e eu os apoiei” (GOMES, 2007a, p.169). Affonso também declarou que não consultava João Goulart quando tomava as suas decisões no Ministério do Trabalho.

Por ser do Grupo Compacto do PTB, Affonso contestava o estilo conciliatório de João Goulart. Ambos entravam em conflito constantemente. Segundo Gomes (2007a, p.63), o ministro do Trabalho descontentou Goulart em duas ocasiões. A primeira foi quando reconheceu a legalidade do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A segunda foi a sua recusa em conter uma greve geral visando pressionar o governo para a realização de reformas.

João Goulart tentou afastar Affonso do Ministério do Trabalho em abril de 1963, provocando uma reação das esquerdas (ERICKSON, 1979, p.122). Porém, o presidente conseguiu demitir Almino Affonso em junho de 1963, dando lugar ao petebista paranaense Amaury de Oliveira e Silva.

A próxima seção analisará a gestão de Amaury de Oliveira e Silva no Ministério do Trabalho, que durou de junho de 1963 até o golpe de março de 1964, coincidindo com os meses mais críticos do Governo de João Goulart, derrubado por uma conspiração civil e militar que inaugurou uma ditadura de mais de duas décadas.

O Ministério do Trabalho durante a Gestão de Amaury de Oliveira e Silva

Amaury de Oliveira e Silva foi o político escolhido por João Goulart para ocupar o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), em substituição a Almino Affonso, a partir de junho de 1963. Manteve-se no cargo até o golpe de 1º de abril de 1964, enfrentando o período de crise e instabilidade do governo João Goulart, somado às sucessivas greves sindicais por aumento salarial e luta por direitos. O agravamento do contexto foi marcado por contestações da direita contra a suposta instalação de uma “República Sindicalista no Brasil”. Amaury Silva se deparou com os mesmos dilemas enfrentados por João Goulart, quando este último ocupou o Ministério do Trabalho, tais como a reação da direita contra o aumento do salário-mínimo e as mobilizações populares. Amaury Silva assumiu a pasta em uma situação mais complexa do que a enfrentada por Goulart há dez anos, em 1953, como o aumento da inflação e a desaceleração do crescimento econômico.

A gestão de Amaury Silva foi caracterizada pelas constantes oscilações entre posições de apoio integral às reivindicações reformistas, e às tentativas de controle do movimento. O ministro conviveu com crises e conspirações golpistas, somadas às greves nos dois principais estados governados pela oposição mais ferrenha a João Goulart (Guanabara e São Paulo). Também foi caracterizada pela continuidade do processo de moralização do Ministério do Trabalho, combatendo práticas empreguistas no interior da pasta, principalmente no âmbito da Previdência Social, bem como a aceitação de lideranças autênticas do movimento sindical, e não atreladas a máquina ministerial, sem preconceitos quanto às filiações políticas e ideológicas. Amaury se esforçou em promover a expansão da rede de atuação e assistência da Previdência Social, especialmente em seu estado, o Paraná, para aumentar seu prestígio junto ao

eleitorado. Assistiu também à ascensão do movimento sindical rural, sob o incentivo do Ministério do Trabalho. Suas relações com o movimento sindical eram em grande parte, atreladas as orientações do presidente João Goulart. Essa atuação é típica do grupo dos “pragmáticos reformistas” do PTB, conforme a classificação de Delgado (2001).

Amaury Silva não pertencia ao Grupo Compacto do PTB, como Almino Affonso. Ao contrário desse último, ele não incentivava greves (mas também não as desaprovava), agindo sempre com moderação e negociação entre as partes envolvidas na busca de entendimento. A nomeação de Amaury Silva para o Ministério do Trabalho e Previdência Social visava uma maior moderação das relações entre o governo e o movimento sindical. Amaury Silva era originário de um estado que não possuía nenhuma tradição na pasta do Trabalho. No entanto, o PTB paranaense era uma seção de grandes ligações com o grupo de João Goulart.

Na cerimônia de posse, Amaury Silva pediu o apoio dos trabalhadores para a “preservação da paz social”. Demonstrou o seu apoio às reformas de base, que, segundo Amaury, corrigiria as “distorções de uma estrutura sindical ultrapassada, injusta e desumana”. Nesse discurso, afirmou quais eram as prioridades de sua gestão: a promoção da sindicalização rural e a melhor estruturação da Previdência Social (Última Hora, 20.jun.1963, p.2). Prometeu amplo debate com os sindicatos, respeito ao direito de greve, fortalecimento das entidades sindicais e combate aos pelegos, numa política de defesa do Plano Trienal (Última Hora, 20.jun.1963, p.2). Demonstrou também amistosidade em relação ao ministro anterior, Almino Affonso, “um dos maiores líderes da esquerda brasileira”.

No mesmo mês em que Amaury tomou posse no Ministério do Trabalho, a luta no interior do sindicalismo se acirrava. De acordo com Delgado (1986, p.64), de um lado estava a UST (União Sindical dos Trabalhadores), uma organização de oposição ao CGT, bem como à aliança entre a ala esquerda do PTB e os comunistas no movimento sindical. A UST tinha o apoio dos governadores Adhemar de Barros (São Paulo) e Carlos Lacerda (Guanabara). Esta organização sindical era vista por Jango como uma central

formada de líderes não autênticos e pelegos, pois eles não possuíam vinculações com a classe trabalhadora. Goulart se reaproximou do CGT devido à forte inserção desta central no movimento sindical camponês, ainda incipiente.

Amaury Silva se deparou com greves de diversas categorias durante a sua gestão no Ministério do Trabalho (bancários, trabalhadores de carris urbanos, ferroviários, aeroviários, marítimos, arrumadores, funcionários da PETROBRÁS, operários navais, radialistas, professores, enfermeiros, telegrafistas, alfaiates, costureiros, portuários etc.). Constantemente, Amaury Silva pedia ajuda para João Goulart nas negociações, pois o presidente era conhecido pela sua capacidade de enfrentamento de horas ininterruptas de negociação entre empregados e empregadores. Essas greves requeriam majoritariamente, o aumento salarial. O CGT e as confederações que possuíam a aliança entre os trabalhistas do grupo compacto e os comunistas incorporavam as lutas em prol da melhoria salarial com a demanda por reformas de base, ora cobrando, ora apoiando João Goulart. O presidente, de maneira parecida, em certos momentos mantinha distância desses grupos, manifestando atitudes dúbias, e em outros momentos manifestava o seu apoio a esses grupos. Enquanto presidente, Goulart não reprimiu movimentos populares e grevistas, mesmo com os prejuízos que estes poderiam causar à sua imagem pública. O seu ministro do Trabalho, Amaury Silva, agia nessa mesma direção.

Sua gestão foi marcada por grandes greves nos estados de São Paulo (SP) e Guanabara (GB), governados por inimigos políticos de João Goulart. Os governadores destes estados aproveitavam os momentos de greve para negativizar a imagem do presidente, acusando-o de ser o causador da “desordem, caos e anarquia” provocados pelas greves. A visão pejorativa de que o Brasil tinha se transformado em uma “República Sindicalista”, governada por “comunistas mancomunados com Moscou”, era disseminada pela oposição. Para os inimigos de João Goulart, a questão social era um “caso de polícia”, e a “democracia” a ser defendida era livre de “greves promotoras da discórdia e da agitação social”, ou seja, era livre da participação popular, da extensão da

democracia e do sufrágio eleitoral para os mais amplos setores da sociedade. “Democracia”, para esses grupos, era um privilégio dos “capazes e preparados”, e não se destinava à “massa desordenada” supostamente iludida por “sindicalistas comunistas” e “demagogos varguistas”. Os desdobramentos da política reformista promovidas pelo governo João Goulart resultarão no golpe de 1964.

A primeira grande greve enfrentada por Amaury Silva foi a greve de Santos. Segundo Delgado (1986, p.65), essa greve foi ocasionada pela recusa da Santa Casa em atender às reivindicações salariais dos enfermeiros de Santos. Isso ocasionou uma greve de solidariedade decretada pelo CGT e FSD (Fórum Sindical de Debates).

Essa greve paralisou todas as atividades da cidade. A violência dos policiais do governo do estado contra os manifestantes passou dos limites. Amaury Silva pediu ajuda do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, para solicitar a libertação de manifestantes. No entanto, o governador Adhemar de Barros negou o pedido do governo federal (Última Hora, 03.set.1963, p.2). A polícia se utilizou de violência, bombas de gás lacrimogêneo e prisões de manifestantes. Enquanto Amaury Silva negociava a solução da greve, Adhemar se recusava a fazer o mesmo. O CGT denunciou que o governador pretendia usar a greve como pretexto para o golpe (Última Hora, 05.set.1963, p.2). No dia 06 de setembro de 1963, a greve de Santos terminou. Amaury Silva acusou Adhemar de Barros pela continuidade da greve de Santos e seus consequentes prejuízos por recusar-se a negociar (Última Hora, 05.set.1963, p.2).

Outra greve ocorreu em outubro de 1963, denominada de “Greve dos 700 mil”. Segundo Delgado (1986, p.66), essa greve paralisou 14 categorias profissionais de 78 sindicatos pelo direito de a CNTI representar essas categorias nas negociações salariais. As reivindicações pretendiam aumento de 100%. A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) não aceitou o aumento. Para evitar a greve, Amaury Silva tentou negociar com representantes da FIESP, CNTI, PAC (Pacto de Ação Conjunta), mas as negociações fracassaram (Última Hora, 29.out.1963, p.2). Deflagrada a greve, o

governador Adhemar de Barros fez um apelo, em cadeia de rádio e TV, para os trabalhadores comparecerem ao trabalho e boicotarem o movimento:

Não se deixem envolver em conversa fiada (...) não entrem em greve pelo amor de Deus. Agüentes a mão. Sejam condutores, não conduzidos. É um apelo de amigo (...). Vocês são inteligentes o bastante para discernir entre o bem e o mal (...) se o trabalhador parar, amanhã haverá o caos. Os líderes que preconizam a greve estão à serviço de Pequim, Moscou ou Havana. Quem quiser trabalhar amanhã terá a minha garantia (...) assegurarei a tranquilidade da família paulistana a qualquer preço (...). Tenho certeza que o excelente dispositivo policial do governo do estado de São Paulo impedirá a qualquer custo, mesmo usando a violência, se for necessário, a ação desses grupos que tentam impedir o livre acesso de operários às fábricas e, nesse particular o II Exército está integralmente com o governo de São Paulo e o ajudará no que for preciso (...). Não haverá, em São Paulo, distúrbios, badernas ou confusões (...). O II Exército, se sair às ruas, será para preservar a autoridade do governo paulista, a tranqüilidade do povo obreiro de São Paulo para defender a qualquer preço a propriedade privada e impedir a ação nefasta dos piquetes. (Jornal do Brasil, 29.out.1963, p.5).

João Goulart considerou as reivindicações justas e fez um apelo aos empregados e empregadores entrarem em acordo (Jornal do Brasil, 30.out.1963, p.3). Amaury Silva disse a Goulart que a culpa da greve era dos empregadores, que não negociaram nem nas reivindicações preliminares (Jornal do Brasil, 31.out.1963, p.4). O ministro defendeu que a greve não deveria ser considerada ilegal, como fez a decisão do Tribunal do trabalho, e sim um direito, que ainda não era regulamentado (Jornal do Brasil, 31.out.1963, p.4). A adesão à greve foi considerada baixa, pois as forças de repressão de Adhemar de Barros agiram intensamente, conforme o prometido. Amaury Silva denunciou as ações arbitrárias da polícia de Adhemar de Barros, que espancou e prendeu trabalhadores, além da invasão e depredação dos sindicatos (Última Hora, 31.out.1963, p.2).

Segundo Delgado (1986, p.66), a greve conquistou aumento imediato de 80% no salário, e 25% a mais distribuídos em seis meses. As negociações pela CNTI ser a representante das categorias em questão foram parcialmente cumpridas.

Em outras greves, como a dos ferroviários, Adhemar de Barros recusou-se a negociar. Nessa greve, Amaury Silva criticou a postura do governador, que fazia “o jogo da provocação” e que semeava “a discórdia e a intransigência” (Última Hora, 31.out.1963, p.4).

A primeira greve mais séria que Amaury Silva se deparou no estado da Guanabara foi em outubro de 1963, na qual os trabalhadores dos carris elétricos (bondes) e dos empregadores da Light (Companhia de Energia Elétrica e Gás) exigiram aumento salarial (Última Hora, 11.out.1963, p.2). Amaury sugeriu que as tarifas de energia, gás e telefone, juntamente com as tarifas das passagens dos bondes, deveriam ter ajuste para atender ao pedido dos grevistas. A greve dos bondes deixou o estado da Guanabara sem esses serviços, e durou três dias. Ela acabou pelos esforços de negociação entre o Ministro do Trabalho e o Ministro de Minas e Energia, juntamente com os grevistas, pois Carlos Lacerda se recusou a negociar.

Os governadores da Guanabara e de São Paulo, com estas ações, demonstraram que enxergavam a questão sindical como um “caso de polícia”, conforme o visto no início dessa seção, e porque também tinham a intenção de aprofundar a crise do governo João Goulart.

O primeiro ato de Amaury Silva em resposta à proliferação de greves por aumento salarial foi a entrega de um memorial da CPOS (Comissão Permanente de Orientação Sindical) pelo reajustamento do salário-mínimo para o presidente João Goulart (Última Hora, 05.jul.1963, p.2). A CNTI lutava não apenas pela revisão salarial, como também pelo salário-família e férias de trinta dias para todos os trabalhadores (Última Hora, 14.ago.1963, p.8). Amaury Silva anunciou que providenciou estudos do Ministério do Trabalho e do SEPT (Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho) para o rezonamento do mínimo em todos os estados. Tudo isso envolvia uma comissão composta de empregados e empregadores (Última Hora, 14.set.1963, p.8).

A luta pelo aumento do salário-mínimo se somou com a luta pelo salário móvel. Trata-se de um aumento automático dos salários à medida que a inflação subia. Isso tinha o propósito de evitar as greves salariais (Última Hora, 04.nov.1963, p.11). Os industriais e o Congresso não receberam bem a proposta. Esse projeto tramitou meses no Congresso, até ser aprovado.

Outro avanço nas leis trabalhistas se deu com a regulamentação do salário-família. Com exceção dos trabalhadores rurais, domésticos e autônomos, todos os demais trabalhadores passariam a receber o salário-família, correspondente a 5% do salário-mínimo por dependente, ou seja, os filhos menores de 14 anos (Última Hora, 26.nov.1963, p.8).

Mas as reivindicações pelo novo salário-mínimo persistiram. Em setembro de 1963, o Ministro do Trabalho afirmou que começaria os estudos para o seu aumento. No entanto, em 11 de dezembro de 1963, o Última Hora noticiou que o Ministério ainda não tinha iniciado os estudos de revisão salarial. Isso provocou uma maior pressão do CPOS, PUA e CGT para o aumento do rezoneamento do salário-mínimo, incluindo ameaças de greve-geral. Membros da CPOS acusaram Amaury Silva de ter adiado os estudos sobre o rezoneamento, dificultando a revisão salarial (Última Hora, 16.jan.1964, p.8). Eles passaram a exigir o aumento de 100% no salário-mínimo até o dia 31 de janeiro de 1964, caso contrário, uma greve geral seria deflagrada (Última Hora, 20.jan.1964, p.6). Amaury Silva conversou com os representantes das Confederações do Comércio e da Indústria (CNC e CNI), que se mostraram contrárias ao aumento de 100% e do rezoneamento do salário-mínimo (UH, 24/01/64, p.6). O CGT e a CNTI cobravam insistentemente o aumento 100% do salário-mínimo, que se tornou realidade em 23 de fevereiro de 1964, um ano e três meses após o último reajuste. Amaury Silva, nessa ocasião, discursou:

Há mais de dez anos, um jovem ministro do trabalho era mal compreendido por ter sido defensor dos despossuídos. Hoje um novo

lançamento será feito em sua folha corrida porque não trai, como presidente, aqueles quem como ministro, defendeu (...). Desde há muitos anos, o preço do nosso desenvolvimento econômico tem pesado duramente sobre as costas dos trabalhadores (...). Não é o salário que mantém o Brasil submetido a uma estrutura agrária feudal, anti-econômica e anti-social. Não é o salário que sonega gêneros ao mercado. Não é o salário que especula com o dólar, não é o salário que nos sangra com remessas de lucros, juros e royalties. Não é o salário, enfim, que impede as reformas exigidas pela consciência nacional. (Última Hora, 24.fev.1964, p.4).

A gestão de Amaury Silva à frente do Ministério do Trabalho foi caracterizada pelo impressionante aumento de sindicatos rurais: de 150 para 1150 (GOMES, 2007b, p.63). Isso foi resultado de uma política que já vinha sendo promovida pelo governo Goulart, especialmente com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) (Lei nº 4214, de 02 de março de 1963)⁸.

Mesmo apresentando problemas, essa medida modificou o campo brasileiro, pois a legislação trabalhista implementada por Getúlio Vargas a partir da década de 1930 não contemplou os trabalhadores agrícolas, somente os trabalhadores urbanos, excluindo, portanto, a maior parcela dos trabalhadores⁹. A ideia de sindicalização rural foi colocada no projeto trabalhista de Getúlio Vargas desde a sua campanha presidencial em 1930, e sua defesa foi recorrente nos seus discursos até 1954. No entanto, foi somente no governo João Goulart que a questão da sindicalização rural e extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo se colocou efetivamente. Essa medida contou com o apoio dos setores que estavam ao lado dos camponeses e trabalhadores rurais, majoritariamente compostos de comunistas e de

⁸ Projeto de lei de autoria do petebista Fernando Ferrari, rejeitado pela Câmara dos deputados em 1957, reapresentado em 1960, novamente rejeitado e finalmente aprovado, com algumas modificações em 1963. O ETR, segundo Silva (2006, p.183) apresentava alguns vícios como a transposição da legislação trabalhista urbana para o meio rural sem levar em conta suas especificidades, o controle político do Estado na vida sindical, por meio do imposto sindical, a unicidade sindical, a verticalidade da estrutura sindical, a simetria organizacional idêntica entre sindicatos patronais e de trabalhadores, etc.

⁹ Em 1950, a população urbana brasileira representava 36,16% da população, enquanto a população rural representava 63,84%. Já em 1960, a população urbana representava 45,08% e a população rural representava 54,92% (IBGE, Séries Estatísticas. População por situação de domicílios. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em 23.mar.2024.

líderes da Igreja Católica, grupos que disputavam a liderança das lutas de classe no meio rural.

Esse processo que correspondia aos anseios das lutas camponesas que emergiram no decorrer dos anos 1950, principalmente com a atuação das Ligas Camponesas. Estas primeiras formas de organização não se configuravam como sindicatos, e sim entidades civis que não necessitavam de reconhecimento oficial e possuíam relativa autonomia em relação ao Estado. No desenrolar de sua trajetória, as Ligas Camponesas levantavam a bandeira da reforma agrária. A partir do início da década de 1960, o PCB atrelou estas lutas com a organização sindical dos camponeses e empregados rurais (GRYNZPAN; DEZEMONE, 2007).

As disputas católicas e comunistas no mundo rural ocorriam devido ao receio da Igreja Católica em perder espaço com os camponeses. Para evitar a “agitação” e a “revolta” na população, era preciso realizar reformas para a melhoria das condições de vida no campo. Parcelas significativas da alta cúpula da Igreja Católica apostaram no recrutamento sindical camponês para combater os comunistas e o “perigo vermelho”, especialmente sob a organização dos “Círculos Operários” (SILVA, 2006).

Porém, nos movimentos de base ligados à Igreja Católica, observava-se o fortalecimento do campo progressista que se aproximava das esquerdas e do PCB, como é o caso da Ação Popular, formada principalmente por alas ligadas à juventude operária e estudantil (GRYNZPAN; DEZEMONE, 2007).

A partir de 1962, diversos projetos, decretos e portarias foram aprovados em prol da sindicalização rural. O Ministério do Trabalho, em parceria com a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), oferecia suporte institucional para a criação, funcionamento e reconhecimento dos sindicatos rurais. Estas organizações englobavam não apenas os empregados rurais, como também os camponeses, categoria que representa o conjunto de foreiros, arrendatários, meeiros, colonos e posseiros. Com a

aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, os direitos trabalhistas se estenderam à população rural (GRYNZPAN; DEZEMONE, 2007).

Nesta conjuntura, a gestão de Amaury Silva foi caracterizada pela defesa da extensão da assistência previdenciária ao trabalhador rural (Última Hora, 01.jul.1963, p.2) e pelo incentivo à sindicalização rural no Sul do país, especialmente no seu estado, o Paraná.

Leila Stein (2008, p.138) enfatiza as características positivas do Estatuto do Trabalhador Rural, a começar pela regulamentação e legalização do contrato de trabalho rural. Antes do ETR, os latifundiários exploravam os trabalhadores rurais sem nenhum entrave, pois não havia nenhuma regulamentação de trabalho, nem proteção ao trabalhador rural. Após a aprovação do ETR, se iniciariam greves por “elevações de salários e melhores condições de trabalho, além de campanhas pela aplicação do salário-mínimo ao campo” (STEIN, 2008, p.138).

Amaury Silva enfrentou uma grande greve rural, que contou com 200 mil camponeses, reivindicando aumento salarial de 80% e outros benefícios. Essa greve aconteceu na Zona do Açúcar, em Pernambuco, e atingiu todos os engenhos de açúcar. Amaury Silva se deslocou à capital de Pernambuco para procurar conciliação, e lá se encontrou com o governador Miguel Arraes (Última Hora, 19.nov.1963, p.2). Após negociações, a greve foi solucionada, com aumento de 80% no salário, pagamento pelos dias de greve e não punição dos participantes do movimento (Última Hora, 21.nov.1963, p.2).

A política em defesa da Reforma Agrária e da sindicalização rural promovida pelo governo João Goulart provocou seus opositores. A começar pelos próprios fazendeiros. O Última Hora noticiou os choques armados de fazendeiros de Cascavel, no Paraná, contra o delegado da SUPRA, Felisbino Martins (Última Hora, 19.fev.1964, p.4). Na região de Governador Valadares, fazendeiros estariam dispostos a “rechaçar à bala” qualquer tentativa de reforma agrária. Contrataram jagunços para impedir a

organização dos trabalhadores rurais, e já tinham espancado o presidente de um sindicato dentro da Igreja onde este se encontrava (Última Hora, 20.fev.1964, p.2).

Apesar dessa ofensiva, a sindicalização rural aumentava, e esse processo foi favorecido através de algumas portarias assinadas durante a gestão de Amaury Silva. De junho de 1963 a novembro de 1963, o Ministério do Trabalho e a CONSIR (Comissão Nacional de Sindicalização Rural) decidiram juntos o reconhecimento dos sindicatos. A partir de novembro de 1963, esse processo passou para a CONSIR, por iniciativa de uma portaria assinada por Amaury Silva (STEIN, 2008, p.154). Assim, a CONSIR passou a concentrar poder: “quem obtivesse maioria na CONSIR e tivesse maior número de assessores e pareceristas, reconheceria mais sindicatos” (STEIN, 2008, p.159). Quando o reconhecimento de sindicatos passou para a CONSIR, o processo passou a ser mais rápido e simples. Dentro da CONSIR, havia uma aliança entre os comunistas e a Ação Popular (STEIN, 2008, p.156). Amaury Silva baixou outra portaria (MTPS 531, 20 de novembro de 1963) que simplificava ainda mais o processo de reconhecimento de sindicatos (STEIN, 2008, p.159).

O ápice do processo de sindicalização rural foi a fundação da CONTAG, em dezembro de 1963. Trata-se do órgão máximo dos sindicatos rurais possibilitada a partir da legislação inaugurada pelo ETR, em janeiro de 1963. Essa ocasião foi uma resposta a uma confederação criada por católicos conservadores em Natal, Rio Grande do Norte. Segundo Lyndolpho Silva (1994), a Confederação foi recriada em dezembro por não reconhecer a ação anterior dos católicos. Essa refundação foi consentida por Amaury Silva e patrocinada pela CONSIR, Ministério do Trabalho e pela SUPRA. Nessa ocasião, disputaram a Ação Popular, a ULTAB e católicos conservadores reunidos em torno de Dom Eugênio Salles. Os comunistas, segundo Silva (1994) tentaram uma aliança com os católicos conservadores. Estes, por sua vez, não aceitaram, só aceitariam uma aliança com a Ação Popular (AP). Diante disso, os comunistas se aliaram à AP e conquistaram a diretoria da CONTAG, com Lyndolpho Silva como presidente.

A promoção da sindicalização rural era essencial para o projeto de reformas do governo João Goulart. Os trabalhistas acreditavam que o sindicato seria o porta-voz das aspirações camponesas em prol da reforma agrária, vista como necessária ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil

A reforma agrária foi um tema central no governo João Goulart, do início ao seu fim, com a assinatura do decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, feito pela SUPRA, que desapropriava terras em torno das rodovias e ferrovias federais por interesse social. Este ato foi o primeiro passo para a realização de uma reforma agrária efetiva. A reforma agrária defendida por João Goulart foi um dos principais motivos para a sua derrubada por forças contrárias às reformas em 1º de abril de 1964.

O Governo João Goulart buscava incorporar os camponeses às decisões políticas, levando em conta as suas aspirações. Os nacionalistas de esquerda defendiam a extensão do direito de voto aos analfabetos, que constituíam metade da população brasileira. A maior parcela desse grupo morava no campo, sem cidadania, acesso à educação e saúde, muitas vezes em condições de miséria e fome, devido às precárias condições que o campo oferecia, ocasionadas pelo latifúndio improdutivo. Durante séculos, suas vozes foram silenciadas pelas classes dominantes. Porém, no contexto do início da década de 1960, a força política do campesinato estava em ascensão, especialmente devido à emergência de lutas organizadas.

Considerações finais

No início dos anos 1960, o Brasil testemunhou um intenso fervor político com o fortalecimento de movimentos populares tanto nas áreas urbanas quanto rurais. A organização sindical urbana, embora presente desde o século XX, ganhou maior robustez após a Revolução de 1930. O governo de João Goulart, herdeiro político de Vargas, marcou uma era de avanços dos direitos trabalhistas, especialmente no campo, impulsionado pelas lutas camponesas das décadas anteriores. Entretanto, essa gestão enfrentou forte oposição de setores militares, empresariais e políticos, culminando no

golpe militar de 1964, que interrompeu o processo democrático e reprimiu os movimentos sociais. Goulart defendia reformas estruturais, como a agrária, urbana e bancária, enquanto enfrentava oposição de grupos como o IPES e o IBAD, além de governadores influentes. Dentro das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra ganhava destaque, promovendo a ideia de "segurança nacional" e enxergando os movimentos sociais como ameaças ao país. A ascensão da esquerda reformista confrontava-se com setores militares e empresariais hostis a essas mudanças, evidenciando uma divisão política e ideológica. Neste artigo, analisamos as lutas sindicais e políticas durante as gestões dos ministros do Trabalho Almino Affonso e Amaury de Oliveira e Silva, este último atravessado pelas conspirações que levaram à queda de Goulart.

A gestão de Almino Affonso, líder do Grupo Compacto do PTB, foi marcada pelo fortalecimento das reformas sociais. Enquanto Goulart adotava uma política conciliatória e implementava o Plano Trienal para enfrentar a crise econômica, Affonso procurava atender às demandas da esquerda e dos trabalhadores. Sua prática política no comando do Ministério do Trabalho foi marcada pela assinatura do Estatuto do Trabalhador Rural, pela intensificação da sindicalização rural e pela moralização dos Institutos de Previdência. No entanto, constantes conflitos surgiram entre Affonso e Goulart, devido às suas abordagens divergentes. Goulart tentou afastar Affonso do ministério em abril de 1963, desencadeando uma reação das esquerdas. Affonso acabou sendo substituído por Amaury de Oliveira e Silva em junho de 1963, em meio a uma conjuntura política tensa que culminou no golpe de 1964.

Amaury de Oliveira e Silva assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social em junho de 1963, sucedendo Almino Affonso durante o governo de João Goulart. Enfrentou um período turbulento marcado por greves e contestações. Setores da direita rotulavam suas ações como promotoras de uma "República Sindicalista". Sua gestão foi marcada por uma abordagem pragmática, oscilando entre apoio às reformas e tentativas de controle dos movimentos grevistas. Buscou promover a expansão da

Previdência Social, especialmente no Paraná, seu estado natal, e assistiu o avanço do movimento sindical rural. Enquanto enfrentava greves em diversos setores, como ferroviários e trabalhadores de serviços essenciais, defendeu negociações entre as partes e criticou a postura repressiva dos governadores Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. Amaury Silva também foi um defensor das reformas de base, enfrentando oposição de setores conservadores e latifundiários. O período em que chefiou a pasta do trabalho testemunhou avanços na legislação trabalhista, como a regulamentação do trabalho rural e a defesa do aumento do salário-mínimo, refletindo os esforços do governo Goulart para incorporar os trabalhadores e camponeses nas decisões políticas e promover uma reforma agrária no Brasil. No entanto, essas medidas contribuíram para intensificar a oposição ao governo e foram um dos motivos que levaram ao golpe de 1964.

Em linhas gerais, João Goulart, no início de 1964, avançava em direção à promoção das reformas de base e aproximação com as esquerdas. Isso ocorreu através de medidas como a regulamentação da remessa de lucros ao exterior, salário móvel, salário-família, aumento de 100% do salário-mínimo, promoção da reforma agrária e da sindicalização rural, etc. Ao mesmo tempo, ele não cedia totalmente às reivindicações das esquerdas. Goulart não nomeou Leonel Brizola para Ministro da Fazenda no final de 1963, como a esquerda desejava, e sim, o banqueiro Nei Galvão, pretendendo demonstrar ao restante da sociedade que seu governo era “confiável” e não acabaria no “comunismo”.

O momento crucial do governo João Goulart antes de sua derrubada foi o comício de 13 de março, na Central do Brasil. Esse momento foi representativo da união das esquerdas em defesa do governo Goulart e das reformas de base, sobretudo a agrária. Políticos mais “radicais” da esquerda, como Leonel Brizola, estiveram presentes no Comício, apoiando João Goulart. Alguns dias depois, Brizola declarou: “achamos que o Jango do Comício voltou a ser o Jango do Ministério do Trabalho (...). Agora ele veio para as posições reclamadas pelos companheiros” (Jornal do Brasil, 21.mar.1964, p.3).

João Goulart, no Comício, fez um discurso histórico:

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício (...). Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações (GOULART, 2010, p.80)

Goulart buscava ampliar a democracia para os mais amplos setores da sociedade, realizando reformas estruturais que desenvolveriam o capitalismo no Brasil. Democracia, nesse sentido, incluía a participação de comunistas e do movimento sindical no processo decisório. Contra essa democracia, setores empresariais, latifundiários, classe média, políticos golpistas, setores estrangeiros e das Forças Armadas desencadearam o golpe que depôs João Goulart.

Por estes setores não aceitarem “o povo nas ruas” e a promoção de reformas sociais que modificariam a estrutura de classes no Brasil, João Goulart foi deposto no dia 1º de abril de 1964. Em nome da “restauração da legalidade” e da “pureza democrática” (Jornal do Brasil, 02.abr.1964, p.3), o Brasil viveu sob uma ditadura por mais de 20 anos.

Referências

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

DELGADO, Lucília da Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FIDELIS, Thiago. **Preto no branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)**. 2018. 475 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2018.

GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007a.

GOMES, Ângela Maria de Castro. "Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base". In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. (Coleção As esquerdas no Brasil, vol.2)

GOULART, João. **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. (Organização Wanielle Brito Marcelino) Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. **As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro. As ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1959)**. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HEMEROTECA DIGITAL. **Acervo**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 07.mar.2024.

IBGE. Séries Estatísticas. **População por situação de domicílios**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em 23.mar.2024.

PINHEIRO NETO, João. **Depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977.

SILVA, Lyndolpho. Entrevista concedida a Luiz Carvalho Costa. In **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº2, junho de 1994.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954 a 1964)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, nº47, p.13-28, 2004.

Fontes Citadas

Última Hora, 20.jun.1963.

Última Hora, 20.jun.1963.

Última Hora, 01.jul.1963.

Última Hora, 03.set.1963.

Última Hora, 05.set.1963.

Última Hora, 05.set.1963.

Última Hora, 29.out.1963.

Última Hora, 31.out.1963.

Última Hora, 11.out.1963.

Última Hora, 05.jul.1963.

Última Hora, 14.ago.1963.

Última Hora, 14.set.1963.

Última Hora, 04.nov.1963.

Última Hora, 19.nov.1963.

Última Hora, 21.nov.1963.

Última Hora, 26.nov.1963.

Última Hora, 16.jan.1964.

Última Hora, 20.jan.1964.

Última Hora, 19.fev.1964.

Última Hora, 20.fev.1964.

Última Hora, 24.fev.1964.

Jornal do Brasil, 29.out.1963.

Jornal do Brasil, 30.out.1963.

Jornal do Brasil, 31.out.1963.

Jornal do Brasil, 31.out.1963.

Jornal do Brasil, 21.mar.1964.

Jornal do Brasil, 02.abr.1964.

Recebido em março de 2024
Aceito em novembro de 2024